

Por uma sociologia dos intelectuais: um debate urgente

MARTINS, Carlos Benedito; MAIA, Felipe (ed.). *Intelectuais no plural: reconfigurações da Sociologia dos Intelectuais*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2025.

Marcelo Baumann Burgos^{1*} 

Anna Carolina Brandalise¹ 

Resumo

A resenha discute a coletânea *Intelectuais no Plural - Reconfigurações da Sociologia dos Intelectuais*, organizada por Carlos Benedito Martins e Felipe Maia, reunindo 13 textos distribuídos em três partes. O texto argumenta que a urgência de retomar a sociologia dos intelectuais decorre de um contexto de erosão dos consensos democráticos análogo, em certa medida, ao enfrentado por Karl Mannheim na República de Weimar. A coletânea ilumina uma transição entre uma sociologia clássica dos intelectuais, associada a Gramsci e Mannheim e centrada na questão da fidelidade a grupos sociais, para abordagens contemporâneas voltadas à performance e à intervenção pública, nas quais Bourdieu e Foucault operam como pontos de partida a serem reelaborados. Discute-se também o lugar dessa abordagem frente ao paradigma ator-rede e sua relevância para pensar a defesa da democracia diante do avanço da ultradireita. A partir do exame dos textos de autores como Zelinsky, Perlatto, Eyal e Buchholz, Collins, Baert e Morgan, Alexander, Geroulanos e Sapiro, além dos estudos de caso sobre Flora Tristan e Nísia Floresta, Du Bois, Derrida, Bourdieu, Habermas e a ultradireita contemporânea, a resenha sustenta que a

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC - Rio, Departamento de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

*Correspondência: burgos@puc-rio.com.br

coletânea oferece um inventário relevante para repensar o papel dos intelectuais como atores de intervenção pública, em diálogo com os desafios impostos pela pós-verdade e pela comunicação digital à defesa da democracia.

Palavras-chave: sociologia dos intelectuais, sociologia do conhecimento, intelectuais públicos, democracia.

Toward a sociology of intellectuals: an urgent debate

Abstract

The review discusses the edited volume *Intellectuals in the Plural: Reconfigurations of the Sociology of Intellectuals*, organized by Carlos Benedito Martins and Felipe Maia, which brings together 13 chapters divided into three parts. It argues that the renewed urgency of the sociology of intellectuals stems from a context of eroding democratic consensus that is, to some extent, analogous to that faced by Karl Mannheim during the Weimar Republic. The volume highlights a transition from a classical sociology of intellectuals, associated with Gramsci and Mannheim and centered on the question of allegiance to social groups, to contemporary approaches focused on performance and public intervention, in which Bourdieu and Foucault serve as points of departure to be reworked rather than definitive frameworks. The review also examines the place of this perspective in relation to actor-network theory and its relevance for understanding the defense of democracy in the face of the rise of the far right. Drawing on chapters by authors such as Zelinsky, Perlatto, Eyal and Buchholz, Collins, Baert and Morgan, Alexander, Geroulanos, and Sapiro, as well as case studies on Flora Tristan and Nísia Floresta, Du Bois, Derrida, Bourdieu, Habermas, and the contemporary far right, the review argues that the volume provides an important inventory for rethinking the role of intellectuals as agents of public intervention, engaging with the challenges that post-truth and digital communication pose to the defense of democracy.

Keywords: sociology of intellectuals, sociology of knowledge, public intellectuals, intellectual performance, democracy.

1. Introdução - Por uma Sociologia dos Intelectuais: um debate urgente

Quando Karl Mannheim (1976) escreveu *Ideologia e utopia*, estava em gestação o monstro nazista. Publicado em 1929, só retroativamente conseguimos enxergar o quanto a obra é escrita com sentido de urgência. Ainda que a sua versão em língua inglesa – publicada em 1936 e a partir da qual o público em geral teve acesso ao texto – tenha revestido o livro com uma roupagem menos diretamente associada ao contexto da emergência nazista, isto não retira da obra o travo de desespero com que foi concebida. Isso fica evidente no seu afã de desenvolver uma sociologia do conhecimento capaz de propiciar ferramentas novas para a construção de consensos; vale dizer, de consensos em um nível mais elevado, somente possível a partir de uma nova *intelligentsia*, abrigada em universidades suficientemente democratizadas a ponto de propiciar diálogos entre jovens capazes de pensar para além de seus interesses imediatos de classe.

Em que medida o nosso tempo pode ser aproximado ao contexto da República de Weimar? Em que medida o impacto das transformações digitais, associado ao neoliberalismo e ao reacionarismo, não traz de volta questões até certo ponto análogas às percebidas por Mannheim? Afinal, como reconstruir as bases de consensos mínimos necessários à manutenção das promessas democráticas, da igual-liberdade? Tal como em Mannheim, será que não é para a forma como as ideias e conhecimentos são formulados e difundidos, transmutando-se em opiniões, interesses, discursos, e formando *habitus*, que devemos voltar nossa atenção se queremos pensar na vida em comum?

Tais questionamentos nos levam de volta à sociologia dos intelectuais, que é também uma dimensão fundamental da sociologia do conhecimento. Por isso é tão oportuna a publicação da coletânea, organizada por Carlos Benedito Martins e Felipe Maia, com textos que perfazem um quadro diverso e abrangente do estado da arte da sociologia dos intelectuais, e

que, em seu conjunto, fazem-nos pensar nas condições de reprodução da democracia em face de ameaças autoritárias muito concretas, vinculadas sobretudo a fundamentalismos religiosos, etnonacionalismos e a dogmas neoliberais sustentados por partidos da ultradireita.

No fio que articula seus 13 textos, distribuídos em três partes, a presente coletânea, podemos dizer, apresenta, de muitas maneiras, a ideia de um corte entre uma sociologia dos intelectuais que poderíamos chamar de clássica, para as quais Gramsci e Mannheim seriam dois dos principais expoentes no Século XX, e os diferentes aportes e tendências que vêm sendo desenvolvidas desde o final do século passado. Em face desse corte, mesmo Bourdieu e Foucault, com suas noções de campo e de discursos de poder, no máximo podem ser tomados como bons pontos de partida, de onde precisamos reelaborar nossas teorias e forjar novos conceitos. Estaríamos vivendo, portanto, um momento de transição no âmbito da sociologia dos intelectuais, de busca de novos paradigmas.

Na inteligente concepção do livro, seus organizadores não escandalizam o ponto na introdução, mas há na sua elaboração um sentimento de urgência: é que sem uma renovada sociologia dos intelectuais, minimamente compartilhada na comunidade dos cientistas sociais, ficamos desarmados para lidar com as complexas articulações entre o papel dos intelectuais, ambiente culturais e formas novas de performance e de intervenção, impulsionadas pelas redes digitais.

De fato, como sabemos, a questão dos intelectuais se impõe como urgência quando se vive momentos de ruptura na articulação entre a produção de conhecimentos e ideias e a afirmação de verdades consensualmente compartilhadas. Na cena contemporânea, a emergência da lógica das narrativas e das pós-verdades ameaça a capacidade de reflexividade do mundo em que se vive. Um bom exemplo de como nos faz falta uma renovada sociologia dos intelectuais encontramos na questão dos intelectuais públicos e na sempre tentadora tendência a lamentarmos sua ausência. É que, sem eles, clássicos porta-vozes de valores universais, quem

nos defenderia do assédio fascista, ultraliberal e reacionário, que mina as instituições, corrói o sistema universitário e educacional e acua a imprensa?

Sob o signo da urgência do debate, assumimos que a presente coletânea deve ser lida como um oportuno convite à retomada da sociologia dos intelectuais e à sociologia do conhecimento. Com isso, assumimos que ela recusa, implicitamente, o paradigma do modelo ator-rede proposto por autores como Callon e Latour, justamente porque nele o intelectual é, de certo modo, dissolvido na lógica das redes, a qual, sem exagero, pressupõe a morte do ator, ao menos da forma como o conhecíamos. É que, para aquela teoria, o poder de agência, se assim podemos dizer, migra para a rede, ela mesma um amálgama de ideias, conhecimentos científicos, artefatos, interesses econômicos, vontades políticas e valores sustentados por diferentes grupos sociais, que faz submergir a vontade dos atores em face de projetos voltados para a “inovação permanente” e cada vez mais controlados por grandes corporações transnacionais.

Diante dos ataques da extrema direita às bases fundamentais dos consensos democráticos, a resposta das redes, com suas dinâmicas aparentemente autônomas, confunde-se com a noção vaga de “sistemas”, que se movem à margem do controle político e da estrutura de valores das sociedades. Não por acaso, a noção de rede é também uma categoria muito cara à imaginação do empresariado do final dos anos de 1980, quando o neoliberalismo está sendo gestado a partir do ataque às formas burocráticas de organização, como tão bem demonstraram Boltanski e Chiapello (2009).

No próprio percurso de Bruno Latour, importa lembrar, o cientista perde centralidade em face do laboratório (*Laboratory Life*, 1979); em seguida, o próprio laboratório, com suas lideranças (ainda tão centrais em *Science in Action*, 1988), dissolve-se na lógica das redes, nas quais a natureza, representada por múltiplos porta-vozes, também é “actante” (Latour; Woolgar, 1997). Nesse contexto, as operações intelectuais são reduzidas a mediações e traduções, e os intelectuais, aí incluídas as lideranças científicas, a operadores de redes. Em *Jamais fomos modernos*,

Latour (1994) postula que as redes são o seu “fio de Ariadne” que, com seus híbridos de natureza e cultura, atravessam fronteiras nacionais e disciplinares, interligando natureza, política e discursos.

Se tem o mérito de iluminar uma dinâmica cuja invisibilidade tendia a ser perturbadora, a entronização da noção de rede traz junto, declaradamente, o deslocamento da centralidade dos intelectuais, inclusive dos especialistas. O mundo das redes, em princípio desprovido de vértebras morais e políticas, e os conhecimentos que as sustentam cada vez mais ininteligíveis aos cidadãos, que os consomem sem conhecê-los e sem compreendê-los.

Herdeiros desse debate, travado com muita vitalidade até os anos de 1990, mas que desce para o subsolo nas décadas seguintes, empurrado mais pelo silêncio ensurdecedor das redes do que pela emergência de novos paradigmas, mais pelo deserto de ideias das redes informacionais do que pela capacidade de formularmos perguntas, sentimos que já passou da hora de retomarmos o fio da meada: como podemos conciliar os intelectuais e as redes?

Nessa quadra, recolocar a importância dos intelectuais, e mais especificamente da sociologia dos intelectuais, parece ser uma tarefa necessária para nos afastarmos da gramática indiferente das redes, que não nos ajuda a entender dinâmicas complexas da sociedade de risco que construímos (Beck, 2011 [1986]), e que nos deixa pouco ou nada prevenidos para lidarmos com atores que, sub-repticiamente, valem-se da gramática das redes e da lógica dos projetos (para mais uma vez recorrer a Boltanski e Chiapello), para forjar inovações que trazem conforto talvez, por sermos dispensados de pensar, mas que nos arrastam ao mundo dos robôs desprovidos de subjetividade.

O livro está organizado em três partes. A primeira, intitulada “Transformações na sociologia dos intelectuais”, é composta por dois textos que, de certo modo, ajudam a formar um quadro mais geral da sociologia dos intelectuais, no debate internacional e no Brasil. A segunda, intitulada

“Performances, posicionamentos e intervenções”, reúne cinco textos, os quais, de diferentes maneiras, abordam a virada na agenda da sociologia dos intelectuais, na qual a discussão em torno da “fidelidade” dos intelectuais aos seus grupos sociais de origem cede lugar a uma tendência mais recente, com a entrada em cena de uma sociologia da *expertise*, com novos atores e novos formatos de intervenção pública. A terceira parte do livro, com seis textos, parece ter sido concebida com a intenção de oferecer ao leitor uma pequena amostra de como a nova sociologia dos intelectuais pode render férteis debates. Intitulada “Trajetórias e modelos de intelectuais no plural”, reúne textos sobre o papel das mulheres intelectuais e da questão intelectual para a ultradireita, além de textos que revisitam a trajetória de autores influentes para a reflexão sobre a própria questão dos intelectuais, como Du Bois, Derrida, Bourdieu e Habermas.

Considerando a riqueza do material, vale a pena fazermos uma breve catalogação dos pontos centrais de cada um dos 13 textos da coletânea, procurando, com isso, valorizar o que acreditamos ser o ganho mais importante do livro, que é o fato de ele nos ajudar a organizar sob novos termos o debate sobre a sociologia dos intelectuais em meio às formas contemporâneas e decerto vertiginosas de desarticulação/rearticulação de debates públicos. Com esse inventário, obviamente não pretendemos fazer aquilo que os próprios organizadores do livro evitaram, ou seja, amarrar as pontas soltas que a constelação de recortes trazida pelos textos oferece, mas tão somente uma sistematização básica, que nos ajude a extrair da coletânea contribuições teóricas e conceituais para refletirmos melhor sobre o significado da presença e também da ausência dos intelectuais como forma própria de sujeito e de intervenção nos debates públicos.

1.1 Os textos da coletânea e seus pontos de convergência

Com o objetivo de fazer um balanço da bibliografia da sociologia dos intelectuais, Dominik Zelinsky, que assina o texto de abertura da coletânea

(originalmente publicado em 2020), sustenta que tem sido grande o volume de trabalhos sobre estruturas culturais e processos de criação de significado e baixa a produção de trabalhos sobre a dimensão performativa da vida intelectual. Mas essa situação estaria mudando, já que, segundo ele, testemunhamos “novos estudos sociológicos de intelectuais inspirados nas teorias sobre performance”, tendência que estaria sendo precipitada “pela passagem dos estudos das condições sociais para uma sociologia das intervenções intelectuais” (p. 31).

Tal marcação, como veremos, está presente em outros textos do livro, sendo mesmo, podemos dizer, um eixo importante dos estudos aqui resenhados. Neles, a ideia de performance aparece como uma dimensão pouco ou nada presente na bibliografia clássica, mesmo naquela voltada para o estudo dos contextos culturais nos quais a produção de conhecimento ocorre. Com a sua introdução, ganhariam importância formas relacionadas às estratégias de comunicação, incluindo as não textuais.

Em sua agenda, note-se bem, não há espaço para algo que fora antevisto por Mannheim, quando pensa a dinâmica entre utopia e ideologia como elaborações de conhecimentos e projetos de vida relacionados aos movimentos dos grupos sociais, em nome da mudança ou da manutenção da estrutura social. Seu ponto central é o da agência dos intelectuais, e essa é uma tônica que atravessa a coletânea: os intelectuais são lidos como atores, e sua relação com os grupos sociais e suas dinâmicas podem não necessariamente explicar ou condicionar a sua atuação. O que está em jogo para Zelinsky é, centralmente, o estudo dos processos por meio dos quais ideias se transformam em conhecimentos com alcance público.

Ainda na primeira parte do livro, o texto de Fernando Perlatto apresenta um mapeamento da bibliografia sobre a sociologia dos intelectuais. Seu trabalho procura fazer justiça às principais correntes e tendências presentes no Brasil, desde aquela que acompanha a formação de uma sociologia dos intelectuais no país, a qual, naturalmente, é devedora da própria institucionalização da sociologia, nas diferentes formas com que ela ocorre em centros como São Paulo e no Rio de Janeiro.

Na segunda parte do texto, Perlatto explora tendências do que chama de movimentos contemporâneos, abarcando, em primeiro lugar, a descentralização regional para além do eixo Rio-São Paulo, animada sobretudo por programas de pós-graduação. Mas também a transformação da cena intelectual brasileira com a emergência de novos ambientes de articulação da universidade com a vida social, que propicia a formação de intelectuais periféricos e a articulação com movimentos sociais, tais como os ligados às agendas do feminismo, antirracismo, do combate à LGBTfobia, entre outros. Nesse sentido, sua abordagem revela, sem dizê-lo, uma inspiração mannheimiana, ao reconhecer o ambiente universitário como *locus* fundamental da animação da renovada vida intelectual do país. Isso, sem prejuízo do fato de ele reconhecer a importância de novas perspectivas teóricas e metodológicas com a incorporação de sujeitos e temáticas externas à universidade.

A segunda parte do livro começa com o artigo de Eyal e Buchholz, originalmente publicado em 2010. O título do artigo define bem sua pretensão: “Da sociologia dos intelectuais à sociologia das intervenções”. Os autores se dizem tributários de Foucault e Bourdieu, dos quais, segundo eles, pode-se “extrair a ideia de que a sociologia clássica dos intelectuais precisa ser reconstruída, convertida numa sociologia das intervenções” (p. 84). Em seguida, afirmam que a conversão da sociologia dos intelectuais em uma sociologia das intervenções não produziria uma oposição binária, mas sim um quadro mais “disperso e fragmentado”.

Com o objetivo de demarcar com maior nitidez o que seria próprio da cena contemporânea, Eyal e Buchholz propõem três momentos distintos da sociologia dos intelectuais. O primeiro, que seria presente em boa parte do século XX, ao menos até 1980, dominado pelo que chamam de “sociologia clássica dos intelectuais” e o qual teria como problemática central a questão da fidelidade, “quem são os intelectuais e a quem ou a que eles devem fidelidade”. Essa matriz começaria a ser flexionada com o esforço reflexivo da sociologia dos intelectuais, mais evidente na substituição do conceito de

classe pelo de campo, proposto por Bourdieu, e na “substituição de verdade e ideias por discurso”, proposto por Foucault (p. 94). Com isso, o foco da sociologia dos intelectuais teria sido redirecionado para “o estudo de espaços intelectuais, suas propriedades socioculturais e múltiplas posições e reivindicações que elas abrangem” (p. 96). O terceiro momento da sociologia dos intelectuais seria o das “sociologias da especialização”, que poderia ser delimitada a partir da reconstrução dos contornos gerais de três tradições de pesquisa, a saber: em torno da ciência, tecnologia e sociedade; da governamentalidade; e das comunidades epistêmicas. Embora distintas, tais tradições conformariam uma unidade de análise comum, a saber, o da análise sobre a forma como se dão as intervenções públicas.

Os demais textos dessa segunda parte do livro, de certo modo, enquadram-se na delimitação da sociologia dos intelectuais proposta por Eyal e Buchholz. Collins, em texto de 2011, propõe critérios para avaliar o sucesso de intelectuais públicos, realizando uma análise interessante sobre as dificuldades dos intelectuais públicos em transitarem para a política. Ele postula que “os intelectuais são mais influentes quando se atêm ao que fazem de melhor: produzir ideias e conhecimento abstrato de alta qualidade” (p. 148).

O texto seguinte, de Patrick Baert e Marcus Morgan, originalmente publicado em 2018, aprofunda o debate sobre o “enquadramento performativo” da sociologia dos intelectuais, já apontado nos textos de Zelinsky e de Eyal e Buchholz, mobilizando o caráter dramatúrgico da performance intelectual e concentrando-se em dois tipos de mudanças no nível da performatividade: em “como os intelectuais formam cada vez mais uma percepção autoconsciente da performance em suas próprias performances” e nas “mudanças que estão visivelmente ligadas à chegada das novas mídias sociais”, as quais teriam alterado “substancialmente a esfera intelectual pública” (p. 151).

O texto de Jeffrey Alexander (originalmente publicado em 2019) dialoga diretamente com o de Baert e Morgan, na medida em que explora o caráter dramático das performances intelectuais. A exemplo desses últimos,

Alexander também critica as abordagens com viés estruturalista, que “não podem explicar como ideias se tornam causas” e “não ajudam a entender o drama da vida intelectual”.

Ao distinguir ideias e intelectuais, Alexander sustenta que

intelectuais desempenham poderosos papéis sociais na medida em que suas ideias fornecem roteiros poeticamente potentes; [...] com potencial de andar e conversar, contribuindo assim para a encenação de dramas sociais; [...] e que tais roteiros encenados afetam de tal modo os significados e motivações das audiências que os atores sociais ficam motivados a participar de movimentos sociais e construir novas instituições.

Para Alexander, somente na medida em que tais condições são cumpridas, “os intelectuais se tornam *personae* dramáticas nas performances profundamente influentes que suas ideias criaram” (p. 187).

O último texto da segunda parte do livro, de Stefanos Geroulanos e Gisèle Sapiro, foi originalmente publicado em 2024, como introdução a um *handbook* sobre história intelectual e sociologia das ideias. O texto começa advertindo que, embora essas duas tradições de pesquisa não venham conversando entre si, estariam em curso tendências voltadas à construção de novas interseções entre elas, em um processo que decorreria de mudanças ocorridas em ambas as áreas de conhecimento. Do lado da história, com as mudanças metodológicas que se afastam do modelo internalista da história das ideias em favor de uma abordagem mais interdisciplinar. Já do lado da sociologia, o movimento teria ocorrido a partir do deslocamento da sociologia dos intelectuais para uma sociologia das ideias, na qual ganham centralidade conceitos como campo, redes, instituições e trajetórias. A discussão é interessante para ambos os campos, na medida em que permite recolocar questões sobre as ideias, desde o estudo das controvérsias, das escalas e fronteiras das ideias, de seu caráter universal ou local e de suas formas de criação e difusão.

Se as duas primeiras partes do livro contêm o núcleo teórico da Coletânea, a terceira parte pode ser lida como um painel com estudos de caso em torno de alguns pensadores, que revelam aspectos importantes da agenda da sociologia dos intelectuais discutida nas duas primeiras partes do livro. No estudo realizado por Aurea Mota (originalmente publicado em 2023), aborda-se o caso de duas mulheres latino-americanas que, mesmo invisibilizadas, tiveram um papel importante na conexão entre a América do Sul, Europa e Estados Unidos. A partir do papel desempenhado pela peruana Flora Tristan e pela brasileira Nísia Floresta, a autora procura valorizar as práticas de circulação e de mediação cultural desenvolvidas por elas. O fato de terem circulado em diferentes continentes e culturas daria a elas, sustenta Mota, um tipo de criatividade e de liberdade de espírito que não se alcança a partir de um mero exercício de desvinculação ideológica. Seu estudo também evoca processos de difusão de ideias e de formas culturais, chamando a atenção para o quanto tais processos dependem de intelectuais que realizem mediações culturais e institucionais.

Cristina Patriota de Moura escreveu, por encomenda dos organizadores da coletânea, um texto sobre Du Bois. Nele, a autora começa por assinalar a duplicidade contida em Du Bois, a do cientista rigoroso e a do intelectual público performático. Como sustenta Moura, o jovem Du Bois chegou a acreditar no poder da pesquisa científica como forma de demonstração aos brancos do quão perverso e antagônico ao desenvolvimento social e econômico seria o racismo. Contudo, ele logo se dá conta das bases irracionais do racismo, em uma constatação que o leva a assumir uma *persona* pública e a mobilizar outros recursos que poderíamos caracterizar como sendo mais performativos e dramáticos, para usarmos conceitos contidos na coletânea. Ao final do texto, recorrendo à conhecida análise de Michael Burawoy sobre o sociólogo negro estadunidense, a autora sustenta que, em sua longa trajetória de luta antirracista, Du Bois mobiliza diferentes formas de intervenção e de linguagens, da ciência empírica às performances públicas.

Apesar de ser o mais antigo da coletânea (1987), o texto de Michèle Lamont sobre o processo de transformação do filósofo Jacques Derrida em um intelectual largamente influente não apenas na França, mas também nos Estados Unidos da América, encaixa-se muito bem no fio teórico do livro, por ser um ótimo exemplo daquilo que Geroulanos e Sapiro chamam de “migrações intelectuais”. Lamont demonstra como Derrida, a exemplo de outros grandes nomes da filosofia francesa, direciona sua obra para vários públicos para além da filosofia. O ponto mais importante do texto, contudo, é o da demonstração de como a obra de Derrida penetra nos EUA, neste caso, não pela via dos grandes debates públicos, mas a partir de um campo mais especializado, em torno dos departamentos universitários de Letras. Como síntese de seu estudo comparado da recepção da obra de Derrida, Lamont aponta diferenças importantes nas condições do que chama de “legitimação” da obra em cada país, “uma vez que a segmentação dos dois mercados intelectuais em cada país difere consideravelmente” (p. 374). No entanto, a autora também identifica pontos em comum que ela acredita ser uma boa fonte teórica para pensarmos as “condições necessárias para a legitimação intelectual em geral”. Em ambos os casos, diz Lamont, “os apoios institucionais e os colaboradores intelectuais foram condição *sine qua non* para a legitimação intelectual, assim como a adequação fundamental entre a obra e seus contextos intelectuais e culturais” (p. 375).

A exemplo da leitura de Moura sobre a perspectiva de Du Bois, o texto de Enio Passiani sobre Pierre Bourdieu (escrito para a coletânea) também aborda a duplicidade entre o cientista e o intelectual público. Passiani lembra ao leitor que existiria uma certa tendência a se identificar no Bourdieu “maduro” um certo deslizamento na direção de um intelectual público. No entanto, para ele, essa seria uma leitura equivocada, já que, desde seus primeiros estudos, realizados durante sua estada na Argélia no contexto da luta pela descolonização do país, o jovem Bourdieu já se mostrava um ativista político. Mesmo reconhecendo que o Bourdieu maduro, sobretudo a partir de fins dos anos de 1980, intensifica seu ativismo no debate

público, Passiani sublinha o caráter eminentemente político da sociologia proposta por Bourdieu, não apenas pelo fato de o grande sociólogo francês compreender a sociologia como uma ciência que, por excelência, estuda o poder em suas múltiplas formas de manifestação, mas também pelo fato de ela ser uma ciência que, justamente por interpelar as estruturas de poder, precisa exercitar uma permanente “vigilância epistemológica” em face de suas próprias condições de elaboração.

Na sequência, o livro traz um estudo sobre a relação entre filosofia e política em Habermas, originalmente publicado em 2022. Para a colocação de seu problema, Verovsek recupera um trecho de obra do próprio Habermas, de 1974, no qual o pensador alemão se posiciona nos seguintes termos: “[...] o filósofo que deseja intervir diretamente na esfera pública não é mais um filósofo, mas um político; ele não deseja mais a verdade, mas o poder” (p. 423).

Verovsek indaga se, com essa posição, Habermas estaria propondo a renúncia do filósofo à política. Sua resposta é categoricamente negativa, advertindo que Habermas considera que os filósofos “devem trabalhar arduamente para garantir que estão praticando uma forma de teoria engajada que se concentra em aprimorar o debate público e não em impor suas opiniões predeterminadas aos outros” (p. 423).

A discussão de Verovsek, como se vê, remete ao mesmo debate presente nos textos sobre Du Bois e Bourdieu. Com a ressalva de que, enquanto, em Du Bois, a questão é fundamentalmente a do racismo e, em Bourdieu, a do poder entranhado nas formas institucionais de reprodução, em Habermas, estaria em jogo “a busca disciplinar pela verdade” a partir da reflexão filosófica.

O último texto do livro, de Jorge Chaloub, foi redigido por encomenda da coletânea. Seu ponto principal é a discussão sobre a forma pela qual o anti-intelectualismo, esposado pela ultradireita, esconde uma forma peculiar de apropriação das armas intelectuais da ciência e do debate acadêmico para melhor se voltar contra elas. Chaloub sustenta que, para além do uso

intensivo e ostensivo das redes sociais, intelectuais de ultradireita não raro mobilizam argumentos que reivindicam o *status* de acadêmicos. Isso ficaria evidente, por exemplo, na atuação de seus *influencers*. Para atuarem efetivamente como intelectuais, adverte Chaloub, precisam construir “sua legitimidade a partir do conhecimento” (p. 442).

A ultradireita, afirma Chaloub, mobiliza três tipos de vertentes que conformam um amálgama, a saber: o libertarianismo, que evoca um individualismo radical; o reacionarismo, que “rejeita qualquer ideia de sistema por remeter o sentido das ideias e práticas políticas a uma transcendência radical, de sentido religioso” (p. 438); e o fascismo, que é a face que mais ostensivamente recusa a dimensão intelectual a partir da apologia à ação violenta e ao instinto. Essa combinação de vertentes, que pode ganhar formas diferentes em cada contexto nacional, é acompanhada por uma retórica agressiva e radical que, embora muito presentes na cena contemporânea, fazem parte da gramática tradicional da ultradireita.

Na conclusão do texto, Chaloub sustenta que seu argumento central é o de que “a figura do intelectual é relevante para a ultradireita contemporânea, o que exige particular cuidado com o uso do conceito de anti-intelectualismo”, ressaltando que, com isso, não pretende “normalizar o papel da ultradireita na esfera pública”, mas sustentar a ideia de que a “compreensão dos atuais contornos da figura do intelectual e do debate público é um elemento fundamental para a defesa da democracia nos últimos anos” (p. 453).

A sociologia dos intelectuais é, tradicionalmente, um campo de estudos que nos permite pensar a relação entre intelectuais e grupos sociais, articulando anseios e interesses coletivos a ideias, conhecimentos, instituições e culturas. O papel dos intelectuais seria, portanto, o do ator que atua na mudança ou na reprodução social e cultural. Com o material trazido pela coletânea, temos acesso a um ótimo inventário do debate contemporâneo desse campo de estudos, no qual fica evidente que a atuação do intelectual não pode mais ser lida apenas sob a perspectiva da dinâmica de classes ou mesmo de grupos sociais.

A complexidade da cena contemporânea exige da sociologia assumir como hipótese que a atividade intelectual reúne diferentes lógicas, formas e estratégias de ação. Sob essa lente, a noção de intelectual, tão personificada na figura dos grandes intelectuais públicos e na relação de fidelidade com as classes e grupos, precisa ser repensada, sem ser dissolvida na lógica das redes. Como se sustenta ao longo da coletânea, a ação intelectual, como intervenção e performance, segue sendo um processo fundamental que precisa ser estudado e compreendido. O foco, afirmam Eyal e Buchholz, “não está em caracterizar um tipo social e perguntar onde estão suas fidelidades [com determinados grupos sociais], mas nas condições para uma intervenção efetiva, para trazer *expertise* para os assuntos públicos” (p. 109).

Em um momento em que os consensos mais elementares se veem questionados por diferentes tipos de negacionismo científico, em que a pós-verdade desloca a centralidade de pontos de ancoragem minimamente seguros a partir dos quais se podem estabelecer disputas e controvérsias, voltarmos ao papel dos intelectuais e distingui-lo em meio à miríade de redes que atravessam nossa vida é mesmo tarefa de cientista. Como em um jogo de pega-varetas, precisamos do trabalho meticuloso de sociólogos empenhados em separar uma por uma das peças, observando a forma pela qual os intelectuais se articulam com seus grupos de origem, mas também o modo como constroem discursos públicos, como buscam caminhos de legitimação e como, dessa forma, transformam ideias em conhecimento e conhecimento em ideias, sensibilizando diferentes públicos.

Como fez o velho Mannheim, ao se debruçar sobre as técnicas de educação de massa utilizadas pelo nazifascismo a fim de apropriá-las para fins democráticos (em *O Homem e a Sociedade*, escrito logo após *Ideologia e Utopia*¹), precisamos saber identificar a ação dos atores na trama das redes, destacando a forma como os intelectuais atuam e como suas performances

¹ A primeira versão de *O Homem e a Sociedade: Estudos sobre a Estrutura Social Moderna*, foi publicada em 1935, em alemão. A versão inglesa, consolidada pelo próprio autor, é de 1940.

incidem no debate público; sempre que necessário, para denunciá-los como agentes que conspiram contra a democracia e, não raro, contra a própria vida em sociedade.

Ao nos fazer embarcar no meticuloso trabalho de análise da produção de ideias e de conhecimentos, colocando luz na forma pela qual os intelectuais seguem sendo fundamentais em meio à sociedade digital em que vivemos, a coletânea organizada por Benedito Martins e Felipe Maia presta relevante serviço à reflexão sobre as entranhas da relação entre ciência, conhecimento e democracia e sobre como ela depende da ação de mediadores, intérpretes e organizadores de consensos em níveis mais elevados. Afinal, como adverte Byung-Chul Han (2022), “democracia é uma comunidade de escuta atenta”, e uma “comunicação digital como comunicação sem comunidade destrói a política de escuta atenta” (p. 62).

Referências

1. BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.
2. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
3. HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.
4. LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steven. **A vida de laboratório**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1997.
5. LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
6. MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

Fonte de financiamento: Nenhuma.

Conflito de interesses: Nenhum.

Contribuição dos Autores: MBB: Conceituação, Redação do manuscrito original; ACB: Conceituação, Redação - revisão e edição.

Disponibilidade de Dados: Nenhum dado de pesquisa foi utilizado.

Editor: Enio Passiani.

Marcelo Baumann Burgos é doutor em Sociologia, antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), professor, Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). burgos@puc-rio.br

Anna Carolina Brandalise é mestra em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). annacarolinabrandalise@gmail.com

Recebido: 02 maio 2026.

Aceito: 20 jul. 2026.